

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL - JESUÍTICO: UMA VIAGEM NO TEMPO HISTORY OF EDUCATION IN THE IMPERIAL - JESUIT PERIOD: A JOURNEY THROUGH TIME

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-6

Cristiano de Assis Silva ¹
Bruno de Freitas Santos ²
Edenia Brandão Santos ³

RESUMO

O presente artigo objetivou discorrer a respeito do percurso histórico da educação brasileira com tantas negligências e exclusão social. A abordagem partiu de levantamento bibliográfico, cuja fonte de pesquisa se deu por meio de artigos acadêmicos da área, pesquisa documental com a utilização de estatísticas, tabelas e consultas em bases de dados publicados de total confiança. Como resultados e discussões percebeu-se que a educação pública no período colonial era vendida e negligenciada e roubada dentro desse sistema alienante e alienador e os menos favorecidos de poder aquisitivo eram as principais vítimas de um sistema que privilegiava uns e excluiu outros. O trabalho se divide em ideias claras e concisas.

PALAVRAS-CHAVE: Companhia de Jesus. Direito à educação. Sistema. Exclusão.

ABSTRACT

This article aimed to discuss the historical path of Brazilian education with so many negligence and social exclusion. The approach started from a bibliographical survey, whose source of research was through academic articles in the area, documental research with the use of statistics, tables and consultations in published databases of complete confidence. As results and discussions, it is perceived that public education in the colonial period was sold and neglected and stolen within this alienating and alienating system and the less favored of purchasing power were the main victims of a system that favored some and excluded others. The work only breaks down into clear and concise ideas.

KEYWORDS: Society of Jesus. Right to education. System. Exclusion.

¹Pós-Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

²Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

³Graduação Em Licenciatura Em Pedagogia. Faculdade Evangélica Do Piauí, FAEPI. **E-MAIL:** edeniabrandao2011@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4237320967574964

INTRODUÇÃO

Uma educação corrompida e alienada, resultado da reprodução do sistema dos jesuítas e do período colonial capitalista, era um privilégio de poucos e para poucos. Assim, as classes menos favorecidas sofriam com o sistema e com as desigualdades daquela época.

Exclusão, alienação, a reprodução de oportunidades negadas e sonhos podados eram o cenário predominante, que se perpetuou durante anos e ainda reflete, de diferentes formas, na sociedade atual. Um modelo educacional que combinava exclusão e desigualdade social.

A base legal da educação naquele momento histórico estava pautada na exploração e nos dogmas da classe dominante, que impunha um sistema onde os mais pobres eram os mais atingidos e prejudicados. Dessa forma, a exploração e a dominação serviam aos interesses de expansão da religião dominante e aos lucros da classe privilegiada. Dentro desse sistema, os direitos sociais eram reduzidos a migalhas ou favores para poucos. Em casos extremos, isso se manifestava de formas ainda mais desumanas.

As crises sociais e culturais eram o reflexo da sociedade daquele tempo, gerando uma educação privilegiada e restrita a um pequeno grupo. Isso acontecia devido a diversas questões, uma das quais era a divisão do trabalho e das classes sociais, que excluía e segregava os indivíduos. Sem dúvida, há uma enorme necessidade de reformas no sistema educacional atual, que ainda carrega vestígios do passado.

O modelo educacional vigente era baseado na manipulação e na reprodução, com o objetivo de gerar maior produtividade, lucros e renda para os detentores do poder econômico, que ocupam a cúpula da pirâmide social. Esse cenário, que se repete como um ciclo vicioso no século XXI, ganhou apenas uma nova maquiagem. A dominação e o adestramento desse modelo educacional se estendem ao longo dos anos e da história.

MATERIAL E MÉTODO

Quanto à abordagem, o método utilizado é o dialético, o qual pressupõe que os fatos não devem ser analisados e revelados de forma contextualizados. A abordagem partiu de levantamento bibliográfico, cuja fonte de pesquisa se deu por meio de artigos acadêmicos da área de ensino e da história. O trabalho teve como bases de dados sites confiáveis como (SciELO, Portal CAPES, Scholar Google, Science.gov), além de sites governamentais do setor educacional, objetivando tratar analiticamente da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo objetiva examinar a estrutura escolar no período imperial brasileiro, destacando as dificuldades de expansão da educação para toda a população, especialmente para os menos favorecidos (ARANHA, 1996). Esse período foi marcado por rupturas no cenário político, econômico e sociocultural, com profundas desigualdades que marcaram as páginas da história de forma cruel e desumana. A classe dominante sempre se caracterizou pela manipulação e dominação, monopolizando o acesso à cultura, à educação e a muitos outros direitos fundamentais que eram almejados por grande parte da população.

A reprodução dos valores das classes dominantes sempre esteve associada à segregação e exclusão, com os mais pobres à margem da sociedade, vivendo em extrema pobreza (EBY, 1962). Dessa maneira, a educação escolar da época esteve sempre atrelada a interesses ideológicos egocêntricos, mantendo um modelo elitizado, excludente e destinado a poucos. Isso afastava a grande maioria da população, que se via refém dos interesses de uma pequena cúpula no poder do país.

O modelo educacional imperial apresentava três características que, nos dias de hoje, seriam inadmissíveis sob a ótica dos direitos humanos e da ideia

de universalização da educação equitativa: a) classista; b) racista, por não ser acessível aos negros; e c) dual, ao reforçar a hegemonia do bloco no poder. Tais características influenciavam negativamente o aumento da exclusão e da negação de direitos básicos, essenciais e não negligenciáveis (FARIA FILHO, 2000).

A educação da época possuía uma estrutura aristocrática, voltada à organização e manutenção de uma elite que escravizava e menosprezava as classes pobres, tratando-as de forma desumana e desrespeitosa. Romanelli (1985) destaca em uma de suas obras que a manutenção dessa herança cultural e conservadora atendia aos interesses de uma minoria que detinha o poder de dominar, comprar, escravizar e submeter os demais.

A fase imperial visava atender à demanda da classe com maior poder aquisitivo, deixando os demais à mercê da negação de direitos básicos, tornando-os reféns da desinformação e da ignorância social e cultural (HOLANDA, 1987). O acesso à educação era um privilégio de poucos, e a organização educacional se deu com a chegada dos jesuítas, momento marcado pelos dogmas e pelas ideologias da Igreja Católica, que buscavam catequizar os indivíduos, tornando-os adeptos do catolicismo.

A separação entre uma educação para a classe burguesa e outra para os indígenas, escravos e alforriados configurava um sistema de exclusão, onde a educação dos filhos dos nobres era de excelência, enquanto os filhos dos pobres recebiam uma educação deficiente e marginalizada (MACHADO, 2005).

A educação colonial brasileira estava integrada ao processo de expansão do capitalismo mercantil, onde direitos básicos como educação, segurança, moradia e lazer eram destinados a uma pequena minoria da população. O ideário de exploração, dominação e escravização permeava a história, com quem detinha o domínio do mercado financeiro ditando as normas e regras (PRIORE & VENÂNCIO, 2001).

Nesse modelo econômico, a educação era reprodutora e centrada na grande propriedade de base escravocrata, que possibilitou a formação de uma elite agrária, responsável por diversos crimes e atitudes desumanas contra aqueles que não possuíam riquezas. Não se pode falar de educação sem fazer um paralelo com a economia da época, que consolidou uma elite conservadora e pernicioso, dificultando o acesso aos direitos básicos (PRADO JÚNIOR, 2000).

A exploração dos recursos naturais, da atividade econômica e do trabalho das pessoas, sem garantias de direitos trabalhistas, era uma constante. Para Piletti (1991), a sociedade da época estava alicerçada no patriarcalismo severo dos escravocratas, que cometiam atrocidades contra os mais pobres e necessitados. A manutenção de um sistema hierarquizado na produção açucareira constituía uma sociedade marcada por graves desigualdades (PRIORE & VENÂNCIO, 2001).

O trabalho da época estava centrado nos engenhos, onde os negros, sem qualquer direito trabalhista, eram os principais responsáveis pela economia. Assim, a elite política e econômica detinha privilégios, enquanto os demais, marginalizados, estavam abandonados pelo sistema político e econômico da época.

A presença da corte portuguesa no Brasil também representou uma sociedade marcada por problemas estruturais, segregação e exclusão social. A colonização brasileira resultou do desejo de Portugal de explorar riquezas e expandir seu campo de atuação, com base no modelo de dominação e exploração (CUNHA, 1980).

A importação de mão de obra escrava africana para as fazendas brasileiras foi um cenário repetido inúmeras vezes, trazendo prejuízos para aqueles que, mesmo internamente, sonhavam com o direito ao estudo e à formação científica. Muitos nomes se destacaram nesse período, como Tomé de Souza e os jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega, e outros anônimos que marcaram a história (NOVAIS, 1975, p. 7).

O fortalecimento de uma elite colonial, que detinha o poder econômico e político, se colocou acima de tudo e de todos, revelando inúmeros problemas de diferentes naturezas (RIBEIRO, 1981).

Ao falar de educação, é imprescindível mencionar a Companhia de Jesus, que teve um papel importante ao chegar com o objetivo de educar e catequizar, principalmente os nativos, sob os dogmas religiosos do catolicismo. A elite colonial sempre esteve pautada por um modelo de educação excludente. Os jesuítas, uma ordem religiosa fundada em 1534, baseavam-se na alfabetização com cunho religioso.

O principal objetivo das missões católicas, segundo Saviani (2013), era expandir a religião. Esse período pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, denominado "período heroico" (1549-1570), e o segundo, com a consolidação da pedagogia jesuítica (1599-1759), que marcou positivamente e negativamente a história da educação (ROMANELLI, 1998).

A principal estratégia pedagógica utilizada na época era limitada e pautada em castigos físicos, considerados hoje como violência inadmissível. As crianças eram tratadas de acordo com a cor e a classe social a que pertenciam (ROMALLI, 2005). Os meninos índios eram catequizados para servir de ponte para chegar aos caciques, com o objetivo de converter e domesticar toda a tribo para a fé católica, no auge de poder político e religioso (SAVIANI, 2013, p. 43). A expansão das escolas propostas pela época tinha um cunho religioso e domesticação.

O processo educativo era pautado na indução emocional, perpetuando a dominação da cultura europeia. Esse processo é conhecido como aculturação. As atividades pedagógicas dos jesuítas visavam expandir a religião católica, imposta por força e violência (ROMALLI, 2005).

A implantação e consolidação desse modelo educacional tiveram tanto contribuições positivas quanto negativas. A gramática dessa época priorizava a

construção e recitação de poesias e apresentações teatrais, de maneira difícil e espinhosa. Saviani (2013, p. 47) afirma que a catequese foi a prática que domesticou e dominou a época.

A pedagogia jesuítica, estruturada por meio de um currículo e uma ordem, tinha na Bíblia seu principal manual prático e sistêmico. A proposta curricular desse período, conhecida como *Ratio Studiorum*, dividia-se entre "estudos inferiores" e "estudos superiores", voltados para a educação das elites, enquanto os nativos eram reservados à catequização, que na prática consistia em um processo de violência religiosa (VECHIA, 2005).

Saviani (2013) discute um plano universalista e elitista, destinado a poucos. Enquanto os filhos de colonos, índios, negros e pobres recebiam uma educação deficiente, a elite colonial se beneficiava de um sistema educacional que excluía os demais (XAVIER, 1980).

A educação elitizada, ainda presente hoje, se perpetuou ao longo dos séculos. O sistema jesuítico constituía-se dentro de um modelo elitista, onde a população colonial, formada por escravos, índios, mestiços, mulheres e brancos pobres, convivia com a exclusão social. O acesso à educação escolar era um privilégio para poucos, e muitos, desde a infância, estavam marcados pela necessidade de trabalhar para sustentar a família, em um cenário de pobreza e desigualdade social.

Xavier (1980) destaca o Marquês de Pombal como uma figura importante nesse cenário revolucionário, em um período de limitações de recursos e condições. Uma série de reformas emergenciais foram necessárias para alcançar um maior número de pessoas, mas o regime político, dominado pela Igreja Católica, visava o aumento das rendas através da exploração e dominação colonial.

Durante muito tempo, sustentou-se uma economia baseada na escravização e exclusão dos mais pobres. A administração da Coroa portuguesa, pautada na exploração e manipulação dos mais fracos, contribuiu para um sistema político, econômico e religioso

alienante. A Companhia de Jesus exerceu domínio sobre o Brasil por cerca de 210.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO IMPERIAL

A conjuntura econômica e sociocultural do Brasil permanece como um cenário repleto de complexidades, onde se concentravam as atividades por meio da exploração da mão de obra escrava, e que hoje repercute na atualidade, mas sob uma ótica diferenciada. Uma população que era excluída do crescimento político, econômico e educacional, e que sempre esteve a serviço dos interesses da elite. O que não difere muito dos dias atuais (FARIA FILHO, 2000).

Hoje, os latifundiários de base escravocrata, senhores de engenho, fazendeiros do café (aristocratas livres) ganharam novas facetas e sinônimos, mas estão mascarados sob um paletó e uma gravata. As elites, núcleo da sociedade que integra a classe dominante, escravizam de diferentes formas brancos, pobres, mestiços (mamelucos, cafuzos e caboclos), negros escravos e alforriados que formavam o grupo dominado, que sofria os mais diferentes mandos e desmandos.

O trabalho escravo era o responsável direto pela sustentação da produção econômica brasileira, mas hoje se apresenta de forma diferenciada. Os grandes detentores de terras ainda se perpetuam até os dias atuais como os mais privilegiados (RIBEIRO, 1981). No que diz respeito ao campo educacional, a legislação deve ser especial e prioritária. A existência de escolas primárias em todo o Império sempre foi privilégio de poucos e para poucos. O direito de todos à educação escolar sempre foi um sonho distante. A grande maioria da população no Império se sentia incapaz de promover uma revolução em prol de uma educação popular de qualidade e excelência. Era necessário um novo sistema nacional de educação, com um projeto voltado para novas políticas públicas educacionais e nacionais (BARBANTI, 1981).

Os colégios e universidades de cunho religioso ainda estão muito enraizados no Brasil e no mundo. Muitas famílias religiosas tradicionais ainda optam por esse modelo de educação, onde priorizam o ensino da retórica, das ciências, belas letras e artes (BRASIL, 1824).

Cunha (1980) afirma que o ensino no período Imperial foi organizado em três níveis: primário, secundário e superior. E cada uma dessas fases possuía um limite composto pelo ato de ensinar a ler e escrever, nas aulas régias, com o ensino superior voltado para as elites, onde somente os filhos dos mais privilegiados podiam alcançar. O período colonial sempre manteve uma “estrutura” e “organização” escolar voltada para atender os interesses das elites e da burguesia, o que não difere dos dias atuais.

A educação nacional era composta por um conjunto articulado de escolas, envolvendo quatro graus: as pedagógicas, os liceus, ginásios e academias. No entanto, esses ciclos não eram acessíveis a todos, e havia sempre a segregação e a exclusão social em todas as instâncias (CUNHA, 1980).

Um modelo educacional, político e religioso que sempre foi favorável aos interesses de uma elite corrompida e egoísta. Um plano nacional de educação formado para a elite e com a elite. Um conjunto de medidas que lhes assegurava o direito e acesso à educação, mas para poucos, servindo de barreiras para os mesmos favorecidos (AZEVEDO, 1958).

Esse cenário trouxe inúmeras consequências e um processo lamentável, que dificultava o acesso e a oferta de ensino para as camadas populares, que em sua maioria não sabiam ler, escrever nem fazer contas. A questão central aqui era a ausência de efetivação de leis e políticas públicas que dessem assistência para os menos favorecidos.

A criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades era privilégio para poucos, e não havia um direcionamento para essas questões tão essenciais e cruciais para a sociedade daquela época. Um ensino precarizado que, por sua vez, gerava uma educação

sucateada e fragilizada. Um sistema composto por uma incapacidade de cuidar da educação popular e de organizar as possibilidades de acesso aos favorecidos (PILETTI, 1991).

Um ensino elitizado que somente uma pequena minoria podia custear, e os demais estavam à mercê do abandono dos direitos básicos. A organização da educação escolar no período imperial se acentuou numa tradição voltada para as classes ricas, enquanto os demais sofriam os descasos de uma sociedade de poucos. Onde se negava ao povo o direito de acesso à educação, saúde, moradia e qualidade de vida.

A fragmentação das políticas educacionais daquela época era algo comum, em um cenário onde a responsabilidade com a educação elementar era de poucos. Regulamentar e promover a educação primária e média para as grandes massas era um sonho distante (ROMANELLI, 2005, p. 93).

As diferenças econômicas, políticas e socioculturais dividiam e segregavam o povo em grupos, o que gerava pobreza e uma série de desigualdades. Um modelo educacional que coadunava com os interesses das camadas dirigentes da sociedade e excluía os demais. A manutenção de uma educação excludente, dual e elitista prevalecia a todo vapor, e hoje se perpetua, mas agora, em um novo contexto e cenário.

Deste modo, segundo Romanelli (2005, p. 40), a falta de recursos, das condições e de um olhar prioritário para todas essas questões era o problema a ser solucionado.

Nessa condição, a educação brasileira continuou sendo direcionada à elite dirigente do país. Um “sistema” educacional integrado em todos os seus graus e modalidades, com um caráter classista e acadêmico, visando atender aos interesses de grupos restritos, com uma oferta de organização limitada, com apenas alguns cursos preparatórios para o ensino superior, mas ainda de forma muito precária (NOVAIS, 1975).

Para Romanelli (2005), uma das maiores heranças desse período é o Colégio Pedro II, criado na Corte e único mantido pelo Governo Central para servir de modelo educacional, um espaço de curso preparatório, mas que não escapou da pressão ideológica e política daquela época. A manutenção de uma educação dualista, excludente e classista foi uma estratégia de manipulação e exploração para a época, o que não difere dos dias atuais (ROMANELLI, 2005, p. 40).

O sistema educacional naquele momento oferecia uma educação elementar, com inúmeras deficiências e fragilidades. Assim, a grande maioria da população não pôde ter o gozo de direitos básicos e fundamentais para suas vidas e para a melhoria de sua qualidade de vida (NORONHA, 1994).

Romper com uma herança cultural conservadora é uma dificuldade que precisa ser encarada nos dias atuais. Não havia medidas adotadas para a efetivação da educação elementar para o povo, pois esse pensamento não era lucrativo para aqueles que detinham o poder. Já o trabalho escravo, a dominação e manipulação eram atraentes e lucrativos na visão daqueles que ocupavam a cúpula da pirâmide econômica (XAVIER, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às questões norteadoras que aqui foram tratadas, buscou-se refletir acerca da organização e estruturação da educação no império, é possível perceber o descaso e as negligências com esse direito básico.

As dificuldades de expandir uma educação que abrange todos os grupos sociais, eram gigantescas e tais dificuldades ainda persistem até os dias atuais. A formação das elites rurais ou urbanas sempre se fez presente em todas as temporalidades, podem até ter mudado de nomenclatura, mas continuam as mesmas.

Uma história marcada por um modelo de educação voltada para os interesses do modo de

produção capitalista, moldada aos interesses da elite, como instrumento de manutenção dos mesmos. A educação era acessível, a um grupo predileto de pessoas deixando os demais à mercê da ignorância e da negligência social.

Uma população com enormes problemas de ordem econômica, política e sociocultural entre os grupos sociais que compunha o período imperial. O que não é muito diferente dos dias atuais assim, entre a elite e o povo, sempre se estabeleceu as divisões de classes e de trabalhos manuais e intelectuais.

Uma educação de caráter excludente, dual e classista que atendia a poucos e menosprezava os demais. Desse modo deve se pensar numa ação e numa intervenção essencial e radical que rompa com esse caráter conservador e reprodutor de educação, de indivíduos e de sociedade.

Desse modo ao retomar brevemente as questões aqui apresentadas o problema de pesquisa e os objetivos foram resolvidos, pois permitiu pontuar descobertas e novos e velhos problemas, sendo necessário abordagens futuras para a continuidade de novos trabalhos com a mesma temática que aqui foi previamente abordada.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. In: **a cultura brasileira**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos. Brasília: INL, 1976.

BARBANTI, Maria Lúcia H. **Colégios americanos de confissão protestante na província de São Paulo**: Didática, p. 23-32. 1981, sua aceitação pelas elites progressistas da época. São Paulo.

_____. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens**. São Paulo, 1977. Tese de Doutorado. USP. Coleção das Leis do Império do Brasil, (1808 – 1889). Imprensa Nacional. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em 01 Jan. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

EBY, Frederick. **História da educação moderna**. Porto Alegre: Globo, 1962. Enciclopédia Itaú Cultural. Artes Visuais. Disponível em <http://itaucultural.org.br/enciclopedia_ic/index.cfm>. Acesso em: 02 Jan. 2023.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Instrução elementar no século XIX**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. v. 4. O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. DIFEL, 1987.

_____. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orga) **História e memória da educação no Brasil, vol. II: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do artigo sistema colonial (séc. XVI – XVIII)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1975.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

PRIORE, Mary Del Priore; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores associados, 2013.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da educação Brasileira: a organização escolar**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1981.

ROMALLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 21ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VECHIA, Ariclê. **O ensino secundário no Século XIX: instruindo as elites**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orga) **História e memória da educação no Brasil**, vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ:Vozes, 2005.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luísa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.